



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

CGC 75.924.290/0001-69
Rua Presidente Costa e Silva, 290 - Caixa Postal 01- 85.740-000 - Fonefax: 0xx46-35561223
Home Page: <http://www.peroladooeste.pr.gov.br> - E-mail: pmperola@brturbo.com.br

LEI N.º 602/2009

DATA: 13 de Março de 2009.

Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, para a realização de Ações Básicas de Saúde, Nutrição, Educação e manter suas atividades filantrópicas aos munícipes de Pérola D'Oeste, Pr.

Parágrafo Único. A Celebração que trata o *caput* deste artigo, terá prazo determinado pelo período de 01 de março de 2009 até 30 de novembro de 2009, sendo que poderá ser extinto a qualquer momento se uma das partes deixar de cumprir a finalidade a que se propõe.

Art. 2º. O valor mensal a ser repassado será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com a seguinte dotação orçamentária:

- 10.00 - Departamento de Assistência Social
- 10.01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
- 08.244.0281-2010 – Atividades do Programa.
- 3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º. As normas e exigências para a presente Cooperação Técnica, serão fixadas através de Convênio, que poderá sofrer alterações, havendo mútuo acordo entre as partes, e se processarão mediante lavratura de Termo Aditivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.


Edsom Luiz Bagetti
Prefeito Municipal

PUBLICADO

JORNAL DE BELTRÃO
EDIÇÃO Nº 3.964 - PAG. 30
DATA 14/03/2009



PREFEITURA MUNICIPAL DE PÊROLA D'OESTE
Pêrola D'Oeste - Estado do Paraná
Rua Presidente Costa e Silva, 790 - Cep 85.740-000 - Fone:
fax 043.556.1233
Home Page: http://www.peroladoeste.pr.gov.br E-mail: pessoal@peroladoeste.pr.gov.br

Art. 17. É obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do Município, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa.

§1º A Agência Sanitária Municipal, por solicitação da SANEPAR, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no caput deste artigo, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§2º Para assegurar a exclusividade concedida por esta Lei, o contrato de programa disporá sobre o embargo do funcionamento de poços artesanais freáticos e cisternas existentes.

§3º Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e atestado de destinação final dos efluentes sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.

Seção VI - Dos tributos

Art. 18. A SANEPAR submete-se à legislação fiscal e tributária do Município relativamente a seus bens e serviços, respeitado o ordenamento jurídico nacional.

Parágrafo único. A SANEPAR está desobrigada de pagar encargos fiscais municipais ou retribuição por uso de bens municipais, seja a que título for, referente à utilização dos espaços públicos, terrenos ou não, inclusive subsolo, com o fim de manter as unidades e redes de saneamento básico, bem como as unidades controladoras desses sistemas, quando necessárias.

Seção VII - Da extinção

Art. 19. Não ocorrendo a prorrogação do contrato de programa ou devido a extinção do presente contrato, o acervo dos sistemas de água e de coleta de efluentes sanitários será revertido ao patrimônio do Município, respeitados os estatutos da SANEPAR, bem como após o Município assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo e indenizar a SANEPAR pelo valor contábil das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados na vigência do contrato.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a indenização prevista no caput deste artigo a SANEPAR continuará prestando seus serviços no Município até que seus créditos sejam recuperados através das tarifas.

Art. 20. Considera-se rescindido o contrato para exploração dos serviços públicos de saneamento básico, a partir do momento em que a empresa concessionária for desestabilizada ou repassar seu contrato administrativo a iniciativa privada.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO

Art. 21. A prestação dos serviços observará o plano municipal de saneamento, que deverá ser compatível com planejamento estadual desenvolvido pelo ente da Administração Estadual competente, o qual deverá ser uniforme com relação à floculação, regulação e fracionamento de lodo para o conjunto dos Municípios atendidos pela SANEPAR, observado o seu plano de gestão.

Parágrafo único. O plano de saneamento do Município observará a legislação correlata e as metas e objetivos a serem fixados no convênio de cooperação que será firmado com o Estado do Paraná.

Art. 22. O planejamento a que faz menção o caput do artigo 21, deverá estabelecer as metas a serem fixadas no convênio de cooperação que será firmado entre o Estado e Município, observado o plano de gestão apresentado pela SANEPAR, contemplados os seguintes elementos principais:

I - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas observando a compatibilidade com eventuais planos setoriais;

II - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas;

III - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

IV - ações para emergência e contingências; e

V - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas.

Parágrafo único. O plano de saneamento, sempre que possível, deverá considerar a bacia hidrográfica e a região onde se insere o Município como unidade de referência.

CAPÍTULO IV

DA REGULAÇÃO

Art. 23. O exercício das funções de regulação e fiscalização será delegado para a entidade competente, criada pelo Governo do Estado, por meio de convênio de cooperação, sendo a parte a qual deverá agir com transparência, lealdade, celeridade e objetividade nas suas decisões sempre objetivando:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, por meio de decreto editado pelo Executivo Estadual ou outro dispositivo normativo estadual, mantendo os mesmos critérios em toda a área de abrangência da prestação dos serviços da SANEPAR no Estado;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas no convênio de cooperação; e

III - prevenir e reprimir os abusos de poder econômico.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Município poderá instituir por decreto, Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico, formado por representação do Poder Executivo do Município, da Sociedade, que atuará consultivamente junto à entidade reguladora do contrato de programa.

Parágrafo único. Enquanto não for criado este Comitê, o Poder Executivo exercerá esta função.

Art. 25. Enquanto não for firmado o convênio de cooperação entre o Estado e o Município e o respectivo contrato de programa entre a SANEPAR e o Município, na forma autorizada por esta Lei, a SANEPAR prestará os serviços de água e esgoto na condição de permissionária, mantidas as condições do contrato de concessão anteriormente firmado.

§1º No presente capítulo para a completa adaptação do Estado do Paraná às Leis Federais 11.445/2007 e 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Federal 6.017/2007, restando no caput deste artigo, a prestação dos serviços será de acordo com as Leis Estaduais de criação da SANEPAR e dos Decretos Estaduais 3.326/86, 4.286/2005 ou outro que venha a substituí-los ou estabelecer critérios para a prestação dos serviços de saneamento básico; e nas normas editadas pela concessionária, nos termos da Lei 11.066/95.

§2º O planejamento provisionado adotado pelo Município será fixado pela SANEPAR, até que seja instituído o planejamento previsto no art. 21, pelo órgão estadual competente, ao qual o Município já aderiu nos termos desta Lei.

§3º A fiscalização ficará a cargo do Executivo Municipal, até que o Estado estabeleça a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços a quem o Município delegou estas competências, nos termos desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pêrola D'Oeste, 13 de Março de 2009.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

LEI N° 601/2009

DATA: 13 de Março de 2009.

Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Associação da Casa Familiar Rural - CFR de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Associação da Casa Familiar Rural de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, para manter suas atividades técnicas e administrativas.

Parágrafo único. A celebração que trata o caput deste artigo, terá prazo determinado pelo período de março de 2009 até 30 de novembro de 2009, sendo que poderá ser extinto a qualquer momento se uma das partes deixar de cumprir a finalidade a que se propõe.

Art. 2º O valor mensal a ser repassado será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) mensais, com a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - Departamento de Fomento Agropecuário
08.02 - Divisão de Assistência Agropecuária
20.601.0631-2 031- Convênio d'Emater e Casa Familiar Rural.

3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º As normas e exigências, para a presente Cooperação Técnica, serão fixadas através de Contrato, que poderá sofrer alterações, havendo mútuo acordo entre as partes, e se processará mediante lavratura de Termo Aditivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

LEI N° 602/2009

DATA: 14 de Março de 2009.

Autoriza celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Pastoral da Criança de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, para a realização de Ações Básicas de Saúde, Nutrição, Educação e manter suas atividades filantrópicas das atividades de Pêrola D'Oeste, Pr.

Parágrafo único. A celebração que trata o caput deste artigo, terá prazo determinado pelo período de 1º de março de 2009 até 30 de novembro de 2009, sendo que poderá ser extinto a qualquer momento se uma das partes deixar de cumprir a finalidade a que se propõe.

Art. 2º O valor mensal a ser repassado será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), com a seguinte dotação orçamentária:

10.00 - Departamento de Assistência Social
10.01 - Divisão do Fundo de Assistência Social
08.244.0261-2010 - Atividades do Programa

3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais

Art. 3º As normas e exigências, para a presente Cooperação Técnica, serão fixadas através de Convênio, que poderá sofrer alterações, havendo mútuo acordo entre as partes, e se processará mediante lavratura de Termo Aditivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, aos treze dias do mês de Março do ano de dois mil e nove.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 033/2009

EDSON LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, o constante nos §§ 1º e 2º do artigo 82 da Lei Municipal nº 197/98, e alterações da Lei 312/03,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido um segundo período adicional pela docência de aulas extraordinárias com 20 horas semanais para a Servidora Pública Municipal, SIRLAINE INES LINK GATTINI, ocupante do cargo em Provento Efetivo de Professora, do Grupo Ocupacional 05 - Magistério.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de 09.03.09, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, em 09 de março de 2009.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 034/2009

EDSON LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO, o constante do artigo 20 e 81 da Lei Municipal nº 197/98, de 26.06.98 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR, a Servidora Pública Municipal, SIRLAINE INES LINK GATTINI, ocupante do cargo em Provento Efetivo de Professora, do Grupo Ocupacional 05 - Magistério, para exercer a Função Gratificada de Educação ou Reabilitação de Excepcionais (Ensino Especial) Simbolo FG-M3.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de 09.03.09, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, em 09 de março de 2009.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

DECRETO N° 056/2009

SUMULA: Nomeia Servidora, para ocupar Cargo de Provento em Estágio Probatório.

EDSON LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 014/92, 186/98, 189/98, 197/98, 300/02, 330/03 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Fica NOMEADA, a Senhorita ROSELEAPRECIDA UBINSKI, para ocupar o Cargo de Provento em Estágio Probatório, de Professora, Simbolo PDA-I, Referência 01, do Grupo Ocupacional 05 - Magistério, para uma jornada de trabalho com 20 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pêrola D'Oeste, em 13 de março de 2009.

EDSON LUIZ BAGETTI

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Verê

DECRETO N° 59/2009

DATA: 10/03/2009

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Verê, e dá outras providências.

LOVO ROQUE RITTER, PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - de Verê, assim constituído:

Representantes GOVERNAMENTAIS

Nome	Representação	RG / CPF
Marcos Dambrino Calgarotto	Dep. de Educação (Titular)	RG 2257911 CPF 4.900.693-3
Diego Lurdes Vieira Lopes	Dep. de Educação (Suplente)	RG 4.900.693-3 CPF 844.294.239-20
Robson F. Grazi	Dep. de Saúde (Titular)	RG 54.110.090 CPF 0331.239-53
Liliane Martins	Dep. de Saúde (Suplente)	RG 54.110.090 CPF 87.667.169-05
Terezinha Zanella Cagnini	Dep. de Fazenda (Titular)	RG 20.067.067 / PR CPF 43.080.731-48
Diogo de Oliveira	Dep. de Fazenda (Suplente)	RG 8.547.538-0 CPF 059.861.189-26
Mauro Jurel	Dep. de Agricultura (Titular)	RG 38.006.847 CPF 43.072.796-43
Vander Lúcia Ozan	Dep. de Agricultura (Suplente)	RG 00.048.378-68 CPF 8.299.995.053
Danielson Sironato	Dep. de Trabalho e Ordem (Titular)	RG 14.753.16-3 CPF 33.785.529-82
Adair Albornoz	Dep. de Trabalho e Ordem (Suplente)	RG 4.191.522-3 CPF 590.322.869-34
Danielle Saleiro	Assessoria de Comunicação e Apoio Social (Titular)	RG 03.035.306-32 CPF 00.035.306-32
Ademir Rossi	Assessoria de Comunicação e Apoio Social (Suplente)	RG 50.760.070 CPF 221.188.820-49

Nome	Representação	RG / CPF
Lenore José Passacabatto	ACIAR (Titular)	RG 20.067.067 / PR CPF 426.895.029-72
Elizeu Abatti	ACIAR (Suplente)	RG 78.992.930 CPF 00.081.129-62
Felipe Antônio Farias	ROTARY CLUB (Titular)	RG 3.064.834-9 CPF 221.188.820-49
Dorizete Ramos	Senhoras Rotarianas (Suplente)	RG 192.380 CPF 502.841.689-91
Vandier Pedro Pinheiro	Escola São João B de La Salle (Titular)	RG 52.056.078-15 CPF 52.056.078-15
Geovani C. Rodin	Escola São João B de La Salle (Suplente)	RG 5.085.040-4 CPF 438.052-9
Inês Mircio Perant	IGRASA (Titular)	RG 1.736.444-3 CPF 332.850.850-00
Carmin Cagnini de Oliveira	IGRASA (Suplente)	RG 1.542.354-0 CPF 803.354.759-19
Nice Vazirio Duffes	APAE (Titular)	RG 028.817.749-50 CPF 028.817.749-50
Jane Numburg	APAE (Suplente)	RG 5.727.290-2 CPF 173.048-34
Liliane Lúli	APAI (Titular)	RG 8.988.124-7 CPF 043.333.809-19
Vanessa Art. De Vogue Doolle	APAI (Suplente)	RG 8.987.712-30 CPF 059.455.209-03

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 059/07.

Gabinete do Executivo Municipal de Verê, em 10 de março de 2009.

LOVO ROQUE RITTER

Prefeito Municipal

DECRETO N° 60/2009

DATA: 10/03/2009

SIMULA: Nomeia os membros CONSELHO DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE VERÊ, e dá outras providências.

LOVO ROQUE RITTER, PREFEITO MUNICIPAL DE VERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeados os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Cacs-Fundeb) de Verê, assim constituído:

MEMBROS	CPF	FUNÇÃO	SEGMENTOS
Lidia L. Zoni	718.268.909-04	titular	Poder Exec. Mun. - Sec. Mun. Educação
Rita C. Canton	589.135.489-68	suplente	Poder Exec. Mun. - Sec. Mun. Educação
Terezinha Cami	029.167.989-78	titular	Rep. de prof. educ. básica
Silvia Patricia	969.523.749-91	suplente	Rep. de prof. educ. básica
Perant	555.369.989-87	titular	Diretor das Esc. Bás. Públ.
Galton O'Brien	044.768.768-78	suplente	Dir. das Esc. Bás. Públ.
Marisete Calgarotto	048.255.059-70	titular	Rep. Servid. Tec. Administ.
Simone C. de Oliveira	518.529.269-53	suplente	Rep. Servid. Tec. Administ.
Daniela Ritti Abati	032.346.589-78	titular	Rep. Pais da Educ. Básica
Sergio Tassinari	761.090.839-87	suplente	Rep. Pais da Educ. Básica
Dezo Cagnini	554.979.779-87	titular	Rep. Pais da Educ. Básica
Elida Machado	160.442.499-15	suplente	Rep. Pais da Educ. Básica
Janatan Fabiane	971.889.199-87	titular	Rep. Poder Executivo
Patricia Zanatta	033.395.269-31	suplente	Rep. Poder Executivo
Elisira T. C. Riter	368.678.419-00	titular	Rep. Cons. Mun. Educação
Irene P. Farias	545.876.709-87	suplente	Rep. Cons. Mun. Educação
Isolanda Bonato	589.924.539-49	titular	Conselho Tutelar
Alvanado da Veiga	177.058.439-00	suplente	Conselho Tutelar
Francieli Pontes	083.467.939-60	titular	Rep. dos estudantes da Educação básica pública
Dalane Cristina	075.737.559-61	suplente	Rep. dos estudantes da Educação básica pública
Abiane			

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Verê, em 10 de março de 2009.

LOVO ROQUE RITTER

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Realeza

DECRETO N° 2.167/09

10/03/2009

SUMULA: Declara Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável o imóvel a seguir especificado.

EDUARDO ANDRÉ GAIKIVSKI, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso XII do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Realeza, combinado com o disposto no Artigo 1º, Incisos I, V e VI, alínea "e" do art. 2º, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e ainda com base no art. 167 da Constituição Estadual e no art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável, pelo Município de Realeza através da Administração Municipal, nos termos da legislação acima mencionada, a presente matéria, o seguinte bem:

Uma área de 535,68 m² do Lote Rural nº 19, da Gleba nº 35-AM, situado do Município de Realeza, Estado do Paraná, de propriedade da Senhora Mari Salete de Mello, tendo os seguintes limites e confrontações: SUDOESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 19-A, da mesma gleba; SUDOESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 24, da mesma gleba; NOROESTE: por linha seca e reia, confronta com o Lote nº 19, da mesma gleba.

Art. 2º A área a que se refere o art. 1º destina-se ao prolongamento da Rua Amadeu Busato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e nove.

EDUARDO ANDRÉ GAIKIVSKI

Prefeito

DECRETO N° 2.168/09

10/03/2009

SUMULA: Declara Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável o imóvel a seguir especificado.

EDUARDO ANDRÉ GAIKIVSKI, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso XII do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município de Realeza, combinado com o disposto no Artigo 1º, Incisos I, V e VI, alínea "e" do art. 2º, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e ainda com base no art. 167 da Constituição Estadual e no art. 182 da Constituição da República Federativa do Brasil, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável, pelo Município de Realeza através da Administração Municipal, nos termos da legislação acima mencionada, a presente matéria, o seguinte bem: